

2.2. Breve descrição histórica da avaliação do ensino superior no Brasil

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) estabeleceu os parâmetros de avaliação do ensino superior brasileiro que vigoram até o momento. No entanto, algumas ações de empreender sistemas de avaliação ocorreram a partir da década de 1980 e 1990, as quais não se consolidaram. Além disso, ainda no período militar, por iniciativa do Conselho Federal de Educação (CFE), o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru) teve como objetivo conhecer as condições reais do sistema de educação superior. O Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (Geres) foi constituído em 1986, com função executiva de elaborar uma proposta de Reforma Universitária no País.

Na década de 1990, segundo Leal (2008), o ministro da Educação propôs ao Congresso Nacional a criação do Exame Nacional de Cursos (ENC), um instrumento para avaliar os cursos superiores brasileiros e, de acordo com o Inep (2010) este Exame, usualmente denominado de "Provão", foi aplicado aos formandos no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da edu-

cação superior. O principal objetivo do ENC era conferir os conhecimentos e competências dos alunos em conclusão do curso, excluindo do processo de avaliação qualquer ação com alunos em fase inicial de estudos. Para Paiva (2008), "[...] o ENC foi objeto de severas críticas desde a sua concepção e estabelecimento de cronograma, sendo fundamentalmente questionado pela comunidade acadêmica em função do seu caráter obrigatório". Outro ponto importante é que o "Provão" gerava conceitos aos cursos, com faixas em uma escala entre "A" e "E". O ENC deixou de ser aplicado, sendo implementado um novo sistema de avaliação, o Sinaes, que ampliou as formas de avaliação na educação superior do País, com a utilização de três componentes principais em seu ciclo: (i) avaliação das IES; (ii) avaliação dos cursos; e (iii) Enade.

O Enade avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em fase de encerramento de estudo. De acordo com o Inep (2012), o Enade constitui-se componente curricular obrigatório. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é de três anos. É considerado aluno ingressante o aluno que cursou en-

tre 7% e 22% do total da carga horária do curso e aluno concluinte o que cursou mais que 80% do total. A partir da edição de 2012, o aluno ingressante não realiza mais o exame. O conceito Enade é um resultado exclusivamente relacionado aos alunos concluintes, sendo seu cálculo feito utilizando os resultados apresentados por estes alunos. O resultado do Enade tem peso significativo na composição do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e, segundo o Ministério da Educação (MEC), os cursos que obtiverem CPC igual a 1 ou 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep. Com a manutenção do CPC, após a visita, os cursos terão de suspender qualquer forma de ingresso até melhorarem a qualidade do ensino.

2.3. Síntese da legislação contábil no País e o curso de Ciências Contábeis

A Lei n.º 6.404/1976 rege contabilmente as sociedades anônimas no Brasil. No início do ano 2000, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou um anteprojeto de lei de reforma desta lei. Sua finalidade era a modernização e harmonização da lei societária em vigor, com os princípios fundamentais e melhores práticas da contabilidade

“Com isso, entender como se apresentam as condições de entrega dos alunos pelos cursos de ensino superior brasileiro para o mercado profissional torna-se uma opção importante como forma de inferir a qualificação profissional existente.”